

AS “FLORES DO CAMPO” DA AGROVILA CAMPINAS.

Cláudia da Costa Salgado¹

Mirian Claudia Lourenção Simonetti²

As questões apresentadas nesse texto se inserem na pesquisa denominada ***Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agrone¹gócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 201***, realizada no âmbito do CPEA. Este trabalho em desenvolvimento pretende investigar e compreender o papel desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais, analisando seus papéis sociais de diante da luta pela terra nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Para essa análise, necessitamos de um recorte metodológico, portando nosso universo de pesquisa se restringirá ao grupo de mulheres intitulado “Flores do Campo” o qual se encontrada Agrovila Campinas, uma das dez Agrovilas que, constitui o Assentamento Reunidas localizado no Município de Promissão-SP, sendo esta organizada pelo – MST. Este dentre os movimentos sociais é o que revela uma trajetória de luta pela terra no campo brasileiro, tendo sua formação oficializada no ano de 1984, no entanto já havia coisas que o impulsinavam desde meados dos anos 70, como por exemplo, a implantação de um modelo economico agropecuario que visava acelerar a modernização da agricultura com a criação de um sistema de créditos e subsídios incentivando a monocultura e deste modo criando uma difícil situação para a agricultura familiar, casando neste momento da historia do país a migração de em media trinta mil familias para as cidades, o que caracterizado com uma usurpação do direito dessas familias materem-se fazendo o que sempre fizeram que é “ lidar” com a terra. Contudo nesta genese do MST, pode-se também contar com o apoio da igreja catolica, em uma nova vertente que nascia dentro dela no mesmo periodo, a qual era chamada de teologia da libertação, essa nova vertente contava com órgãos como a –CPT- (Comissão de Pastoral da Terra) que fora um fator essencial para o desenvolvimento da luta pela terra, que eferve em um momento difícil no cenario brasileiro, a ditadura militar, porém ela não sucumbe às

¹*Graduanda em Ciências Sociais da UNESP/Marília
Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA - UNESP - Marília
claudiasalgado@marilia.unesp.br*

²*Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília
Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA - UNESP - Marília
mirian@marilia.unesp.br*

opressões deste complicado momento histórico, essa luta tem continuidade dando origem primeiras ocupações de terra que acontecem entre os anos de 1979 e 1984, ano do nascimento oficial desse movimento que desempenha um importante papel dentre os movimentos sociais.

E segundo Bernardo Mançano: “O MST é fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela que descrevemos no capítulo anterior.”

Após essa breve contextualização a respeito do movimento vale destacar o objetivo de tentar entender o papel da mulher enquanto trabalhadora rural em meio a este, levando-se em consideração as difíceis situações que as mulheres são submetidas em nossa sociedade tais como, discriminação econômica, política, mercado de trabalho, entre outras. Pois a discriminação contra a mulher na sociedade com já dito pode dar-se no trabalho através dos salários onde em média seu salário é 40% menor que alguém do sexo masculino, a dificuldade que lhe é imposta para conseguir cargos gerenciais, obstáculos que lhe são impostos no mercado de trabalho quando opta pela maternidade. Encontramo-nos ainda num sistema patriarcal dentro e fora do campo.

A problemática da invisibilidade pode ser vislumbrada pelo elevado número de pessoas do sexo feminino caracterizado como trabalhadores sem remuneração no meio rural. Assim, separar a análise do trabalho rural assalariado (apenas com remuneração) das atividades de autoconsumo e das trabalhadoras sem remuneração com baixa jornada de trabalho (menos de quinze horas semanais) encobre a labuta feminina. (MELO & SABBATO, 2006, p. 47)

Ou seja, pretendo aqui entender o processo de divisões do trabalho entre homens e mulheres nesses espaços e também a função social do grupo “Flores do Campo”. Compreendendo assim entre outras, a características dessa trajetória feminina no campo.

Segundo Mirian Simonetti:

“Assim, é possível verificarmos a diversidade e complexidade existente nesse Assentamento. Cada grupo possui características próprias, pois ao lado daqueles que participaram da luta pela terra, através da organização política (acampamentos, confrontos com os proprietários e com o Estado), estão àqueles que ao serem cadastrados

pelo Estado (como forma de minimizar os conflitos de terra na região), tiveram acesso a terra”. (Simonetti; p.8)

Em meio a isto essas mulheres participaram ativamente da luta pela terra junto aos seus familiares por um pedaço de terra no qual pudessem retirar seu sustento e criar seus filhos com a paz e a tranquilidade almejada.

Após alguns anos de luta e de vitórias alcançadas as diferentes gerações de mulheres sentem a necessidade de manter-se unidas e resolvem montar um grupo de mulheres com políticas para as mesmas, a necessidade dessas mulheres unirem-se e manterem-se ativas, o grupo visa o bem estar feminino e se coloca enquanto para mulheres, observando inclusive o nome do grupo, “Flores do Campo”, que indica a importância destas dentro desse espaço denominado campo e partir deste entender as relações de gênero dentro do mesmo.

O entendimento do que aqui fora posto é de suma importância para nós compreendermos a característica para essa trajetória feminina no campo e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e localizarmos o papel dessas mulheres dentro de tais.

Para Ligia Albuquerque de Melo,

Diferentemente do que se supõem e é apresentado por vários autores que estudam a pequena produção, as mulheres nos assentamentos não são apenas ajudantes dos maridos. Elas têm uma participação ativa, tanto no processo de produção quanto no de comercialização”(MELO :2002:258)

O bom exemplo que este grupo “Flores do Campo”, pode vir a colocar na sociedade em geral, sobretudo no campo, podendo acarretar maiores organizações femininas dentro do mesmo e do próprio movimento. Este grupo que desenvolve políticas de saúde, trazendo especialistas para cuidar das particularidades delas, como hipertensão, diabetes, entre outras, desenvolve também programas de atividades físicas, atualmente com um projeto de panificação visando aumento da renda familiar, também está à frente de organizações de bingo para comunidade, este iniciou-se por meio de uma dança, a Biodança a qual apresentam em seus bingos, sendo suas reuniões semanais, é de enorme importância, segundo elas.

Assim como já foi exposto, a pesquisa analisará o papel da mulher nos assentamentos e acampamentos do MST, e será realizada através de duas vertentes divididas em teórica e empírica. Primeiramente se faz necessário obter um embasamento teórico, este que será

adquirido pelas leituras e análises de obras sobre o assunto. Entendendo desta forma como se estruturou e vem se estruturando o papel feminino no campo e as condições a qual essas mulheres estão submetidas nessa sociedade como um todo.

Depois de obter o embasamento teórico advindo principalmente dos autores: Judith Butler, Clifford Geertz, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Bernardo Mançano Fernandes, entre outros, passaremos para a parte empírica da pesquisa.

A pesquisa empírica tem como objetivo central entrevistar as mulheres dos assentamentos e acampamentos do MST e também lideranças femininas do movimento para contrapor a realidade vivenciada por essas e para que elas possam relatar suas experiências dentro dessa trajetória na luta pelo campo.

Contrapondo também as realidades das mulheres urbanas e rurais e seus papéis exercidos na sociedade. O método utilizado será o da história oral, onde serão colhidos relatos de vida e depoimentos para contrapormos a realidade com as teorias aqui aplicadas a qual nos basearemos. Buscando assim entender o processo político, cultural, social e econômico nos acampamentos e assentamentos no Brasil.

Desta forma, podemos analisar que o papel da trabalhadora rural nos assentamentos e acampamentos tem sido de fundamental importância para a fundamentação destes, ainda que suas possibilidades no campo ainda sejam restritas comparadas as dos homens e a divisão de trabalhos como de gerenciar a produção, decidir sobre os investimentos que forem realizados, autonomia econômica, entre outros, devem ser reconhecidas de fato enquanto trabalhadoras e não apenas “ajudantes” e parte efetiva nessa luta pela terra.

Muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e têm forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agriculturas familiares. O governo federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres através do Plano de Políticas para mulheres, como parte das suas diretrizes gerais para promoção da autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania busca ampliar e qualificar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar. (BUTTO, 2006, p. 34).

Pois são elas as responsáveis pela alimentação de seus maridos e filhos, são elas as que preparam a marmita e mantêm a casa em ordem, que se preocupam com a educação de seus filhos e lutam para que permaneçam no campo, pois acreditam que ali terão melhores

condições de vida do que na cidade, que contribuem para decisões do movimento, que diversas vezes trabalham para fora em trabalhos domésticos para contribuir ainda mais na renda familiar e são trabalhadoras rurais assim como os homens do movimento.

Essas mesmas mulheres lutam também pelo seu pão de cada dia, pela saúde, liberdade e respeito aos seus. Lutam por toda e qualquer necessidade – básica ou não – de um ser humano na sociedade.

“Pra mudar a sociedade do jeito que gente quer, participando sem medo de ser mulher, porque a luta não é só dos companheiros, participando sem medo de ser mulher, pisando firme sem pedir nenhum segredo, participando sem medo de ser mulher, pois sem mulher a luta vai pela metade, participando sem medo de ser mulher, fortalecendo os movimentos populares, participando sem medo de ser mulher, na aliança operário-camponesa, participando sem medo de ser mulher. Pois a vitória vai ser nossa, com certeza, participando sem medo de ser mulher.”(Nazaré, Itapipoca – Ce. Sem Medo de ser Mulher)

Porém, ainda há muito que ser discutido sobre essa problemática de gênero no campo, como entender as desigualdades ainda existentes, entender a sua necessidade de montar um grupo como as “Flores do Campo”, analisar as histórias de vida aqui expostas dessas diversas mulheres que compõe esse movimento, histórias essas que devem ser levadas em consideração e comparadas, mas sem dúvidas o mais importante é identificar esses problemas de gênero dentro do espaço denominado campo e tratar da invisibilidade feminina, e sua jornada dupla ou até tripla do dia-a-dia. Conscientizá-las disso e partir disso fazer com que elas coloquem um ponto final em toda as opressões que vem sofrendo durante todos esse anos, pois elas devem sim ocupar um espaço considerável, não só no campo, mas na sociedade de um modo geral.

No entanto, essas diversas funções por elas desenvolvidas tornam ainda mais importante sua permanência e reconhecimento no movimento, pois preservam a família e são parte essencial para que a luta pela terra ainda seja um luta de família, sobretudo participam ativamente de forma política e econômica para sua construção. Não sendo assim, telespectadoras da história, mas sim sujeitos que contribuem dia-a-dia para a construção deste.

Por fim, as questões em torno de relações de gênero no campo têm uma certa urgência em serem discutidas, pois ao meu ver os estudos sobre a mulher são de certa forma

descobertos, pois atualmente tem uma grande demanda, pelos espaços que as tanto as trabalhadoras rurais, quanto as mulheres de um modo geral vem tomando perante a sociedade, pois elas tem que ser visíveis e reconhecidas pelo seu trabalho, ou seja, ocupar o espaço que lhe cabe dentro dessa sociedade.

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca .

R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs). Mulher, família e desenvolvimento rural. Santa Maria:

UFSM, 1996. p.39-58

CUNHA, Auri D. C. “Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (PB)”. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa B. de (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.195-224.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

_____. A mulher na história do Brasil. 4ª ed. São Paulo. Contexto, 1994. (Coleção Repensando a História)

_____.(Org). História das mulheres no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, Tania M. G. Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FARIA, Nalu. NOBRE. Miriam. Gênero e desigualdade. São Paulo: SOF, 1997

FRANCO GARCIA, Maria. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. TESE, 2004.

FREITAS, Lgia dos Santos. *A luta das mulheres assentadas no Pontal do Paranapanema: a Escola do Pé de Galinha*. Artigo disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT2_E_FUNDAMENTAL/18/218.PDF

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GIULANI, Paola C. “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenadora de textos: Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640-667.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

JUNIOR, Antonio Tomaz. *Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território*. Artigo disponível em :

<http://br.monografias.com/trabalhos902/trabalhadoras-rurais/trabalhadoras-rurais.shtml>

LAGO, Mara C. S. “Trabalho feminino, trabalho improdutivo?” *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, n. 8, p.129-133, 1986.

LECHAT, Noëlle M. P. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. “Relações de gênero em assentamentos do Movimento do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas”. In: PRESVELEU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p. 93-116.

MELO, Denise, M. *A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MST. *Construindo caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2001.

MALINOWSKI, Bronislau. Introdução. In: MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1979.

MELLO, Denise M. “Subjetividade e Gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000”. In: *Movimentos sociais no início do século XXI*. GONH, M. da G. (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 114

MAUSS, Marcel. Noção de técnica corporal. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *A questão da mulher no MST*. Coletivo Nacional de Mulheres do MST. São Paulo: MST, 1986.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 8 (2), 2000.

PAVAN, Dulcinéia. *As Marias Sem-Terra: trajetórias e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão/SP 1985/1996*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. *Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Agruras e Prazeres de uma Pesquisadora: Ensaio Sobre a Sociologia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SIMONETT, Mirian Claudia Lourenção. *Entre o Global e o Local: os assentamentos rurais como espaço de vida e cidadania*.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e Mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana MARIA. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. In. *História e Gênero*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n.54-jul/dez 2000

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.